INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: Revisão de literatura

Aline Moreira de Oliveira¹

Carlos José de Oliveira²

Resumo

A Educação Inclusiva tem sido um tema de análise, estudos e preocupação para educadores e docentes em diversas etapas do ensino. Nesse cenário, as universidades precisam se reestruturar para acolher os alunos com deficiência, assegurando que a inclusão promovida na educação básica não seja interrompida. Embora o número de alunos com deficiência matriculados no ensino superior tenha crescido, as pesquisas e estudos sobre o processo de inclusão nesse nível educacional são limitadas. Portanto, o objetivo deste estudo foi realizar uma revisão da literatura com a finalidade de entender os fatores que podem facilitar ou dificultar a entrada desse grupo nas instituições de ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino superior. ; Educação inclusiva. PCD.

Introdução

É evidente a problemática das barreiras enfrentadas de aceitação e de inclusão dos indivíduos com deficiência em diversos âmbitos sociais. No contexto educacional, a formação fragmentada dos profissionais da educação resulta, como efeito, em um nível de despreparo dos docentes, o que, de certa forma, dificulta a implementação do discurso sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em todos os graus de ensino.

A falta de conhecimento da sociedade, e especialmente dos educadores, sobre os estudantes com deficiência é um dos fatores fundamentais que tende a gerar expectativas, conflitos e percepções significativamente distorcidas em relação à avaliação da construção e do uso do conhecimento que esses alunos especiais

¹ Mestre em em Direito Difusos e Coletivos (UNISAL), Docente do UGB-FERP.

² Mestre em Biodireito, Ética e Cidadania (UNISAL), Docente do UGB – FERP.

realizam, entre muitos outros conceitos equivocados sobre esse grupo social.

Diante dessa realidade, pontua-se a seguinte questão: as perspectivas de inclusão de alunos com deficiência nas Universidades existem de fato ou apenas se impõem por atos jurídicos e por ações sociais?

Este trabalho está organizado em duas seções. Primeiramente a introdução, onde são apresentadas as questões que motivaram a investigação. No segundo capítulo, discute-se, de forma sucinta, a trajetória da Educação Especial e o Paradigma da Educação Inclusiva, que se configura como a política atual de inclusão, promovendo reflexões sobre as posturas em relação ao processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência no ensino superior.

2. Metodologia

Foi desenvolvida uma revisão bibliográfica acerca do objeto: Estudante deficiente no ensino superior. A pesquisa foi conduzida em bases de dados de acesso público: LILACS, BIREME, SCIELO, PEPSIC E CAPES no período entre 2022 a 2024. Os critérios de exclusão foram: estudos desenvolvidos fora do contexto nacional, visto que o objetivo deste estudo foi analisar a inclusão do portador de deficiência no Brasil. Foram selecionados artigos de revisão, artigos experimentais e descritivos. Embora o último apresente baixo nível de evidência é utilizado com frequência na literatura da área. Foram avaliados e selecionados os estudos envolvendo todos os tipos de deficiência (física, visual, auditiva, intelectual).

3. Resultados e Discussão

A universidade, na concepção de Chauí (2003), é uma instituição social e, portanto, exprime a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade, constituindo assim, uma prática social. Como reflexo de uma sociedade marcada pelas contradições, Oliveira (2013) observa que o acesso a esse nível educacional no Brasil tem sido marcado por tensões de continuidade e rupturas na seletividade social ao longo de sua história, com prevalência de mecanismos de seleção dos melhores por méritos individuais.

Este processo não tem sido diferente para as pessoas com deficiência a que, ao serem colocadas ao longo da história em processos de estigmatização (descrédito), segregação e exclusão, tiveram diversos direitos fundamentais negados ao longo de nossa história, inclusive, o direito à educação (Silva, 1987; Sassaki, 1999; Goffman, 2008).

A Educação Inclusiva tem como principal objetivo promover o exercício da cidadania e a garantia de direitos, onde organizações, líderes políticos, educadores e pessoas com deficiência tem uma participação efetiva na construção desta sociedade mais justa e igualitária (Fisher, 2010).

Observa-se que o Governo Federal tem realizado investimentos progressivos na promoção da educação inclusiva, iniciando-se a discussão acerca da inclusão educacional em nosso país a partir da década de 1970.

Em destaque o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) que foi instituído em 1973, sendo posteriormente convertido, em 1986, na Secretaria de Educação Especial (SEESP). Seu propósito fundamental consiste em centralizar e coordenar as iniciativas de políticas educacionais voltadas para indivíduos com deficiência (Dantas, 2010).

A Constituição de 1988 estabelece, em seu Artigo 26, inciso I, a igualdade de condições no que tange ao acesso e à permanência escolar; ademais, o Artigo 208, parágrafo terceiro, garante à pessoa com deficiência o direito de educar-se, preferencialmente, na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

No contexto do Ensino Superior, a Portaria 1.793/1999, emitida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em colaboração com a Secretaria de Educação Especial (SEESP), nos sugere a incorporação da disciplina "Aspectos Ético Políticos Educacionais da Normalização e Integração de Pessoas com Necessidades Especiais". Esta recomendação é direcionada, prioritariamente, aos cursos de Pedagogia e Psicologia, estendendo-se também a programas na área da saúde, Serviço Social e outros cursos de nível superior.

Dentro deste contexto as universidades passam a se organizar para permitir a inclusão dos alunos com deficiência para que a inclusão escolar alcançada na Educação Infantil e na Básica não sofra um processo de interrupção no ensino superior (Castanho, 2005).

No ano de 2009, o pesquisador Rocha Miranda em seu artigo denominado: “Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior”, relatou em entrevista realizada com alunos com deficiência matriculados, numa universidade federal, situada na região nordeste e coordenadores do mesmo curso que ao analisar as condições de acesso e permanência do aluno com deficiência, os resultados encontrados convergem para o despreparo, tanto da Universidade, quanto dos profissionais que dela fazem parte, para proporcionar o atendimento adequado às necessidades especiais desses alunos. (ROCHA, MIRANDA, 2009).

Por isso, é necessário que a Universidade invista na definição de uma política institucional para a construção de práticas inclusivas que beneficiem o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência, através das Tecnologias Assistivas para promoção e equalização de oportunidades.

O número de pessoas com deficiência no ensino superior no Brasil é pequeno, representando hoje menos de 1% do total de alunos matriculados (IBGE, 2022). Segundo dados do Ministério da Educação, em 2003, apenas 665 surdos frequentavam a universidade. Em 2005, esse número aumentou para 2.428, entre instituições públicas e privadas, no entanto, ainda é pouco expressivo levando em consideração o número de pessoas com deficiência auditiva em todo o Brasil, cerca de 24,5 milhões de pessoas, totalizando 14,5% da população (Sicorde, 2008).

Em 2022 observamos um salto nas matrículas destes alunos, o Censo Superior da Educação registrou que 79.302 estudantes com deficiência estavam matriculados em cursos de ensino superior. Esse número representava cerca de 0,79% do total de matrículas.

O Censo realizado em 2022 registrou também que o ensino na modalidade EAD inclui mais estudantes com deficiência no Ensino Superior. A modalidade a distância tem se mostrado um importante veículo para promover a inclusão e o aprendizado contínuo de estudantes com diferentes necessidades, especialmente por meio da utilização de tecnologias assistidas e inovações como a áudio descrição e interfaces acessíveis. Essas ferramentas não apenas facilitam o acesso ao conteúdo educacional, mas também garantem que todos os alunos, independentemente de suas limitações, possam participar ativamente do processo de aprendizado.

Isso ocorre mesmo com a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios

Contínua (PNAD Contínua) de 2022, do IGBE, mostra que o Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência.

Em contradição a estes sentidos, a inclusão tem sido significada pelos pesquisadores da área e em políticas públicas mais recentes, como a promoção de condições de acesso e permanência em igualdade de condições, especialmente sob o prisma de promoção da acessibilidade.

O processo de inclusão dos alunos com deficiência no ensino superior enfrenta hoje diversas barreiras de acessibilidade.

Segundo Massmann (2014), o conceito de acessibilidade, que inicialmente esteve atrelado ao sentido de criar condições de mobilidade no espaço urbano, foi sendo aplicado também ao espaço digital-informacional. Mais ainda, passou a receber contribuições de outras áreas do saber, ampliando seus sentidos para dar conta de questões referentes à comunicação, conforto, segurança e autonomia das pessoas em geral, não apenas para as pessoas com deficiência (Lippo, 2012).

De acordo com Sassaki (2011), a acessibilidade deve ser compreendida como um conceito multifacetado que vai além das barreiras físicas e abrange diversas dimensões das relações sociais.

Primeiramente as dimensões físicas que se referem à eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanas, garantindo que todos os espaços, como exemplo as universidades, sejam acessíveis a todas as pessoas, independentemente de suas limitações. Seguindo a dimensão da mobilidade destes estudantes, envolvendo a acessibilidade nos transportes, incluindo a adequação de sistemas de transporte público, calçadas e vias, permitindo que as pessoas se desloquem com segurança e autonomia; ainda no ambiente universitário de ensino esses alunos enfrentam barreiras na comunicação. Faz se necessário assegurar acessibilidade à informação, envolvendo a utilização de tecnologias e formatos que permitam que todos compreendam e se comuniquem, como legendas, intérpretes de Libras e materiais em braille.

Por fim, esses alunos enfrentam barreiras de dimensão Atitudinal que refere-se às atitudes e comportamentos da sociedade em relação às pessoas com deficiência. É fundamental promover uma cultura de respeito e inclusão, combatendo preconceitos e estereótipos.

Essas dimensões interagem e se complementam, evidenciando a necessidade de uma abordagem integrada para promover a real inclusão e acessibilidade no ensino superior das pessoas portadoras de necessidades especiais. A proposta de Sasaki convida à reflexão sobre como podemos construir um ambiente mais justo e igualitário para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou, sob a perspectiva do princípio da igualdade, a evolução das garantias legais destinadas as pessoas com deficiências. A análise de legislações, estudos doutrinários e pesquisas evidenciou que a inclusão de pessoas com deficiência nos diversos espaços sociais realmente requer uma transformação profunda que vai além das medidas de acessibilidade física.

A desconstrução de normas e padrões que historicamente marginalizaram indivíduos com deficiência é um passo fundamental. Essa tarefa envolve, entre outras coisas, uma revisão crítica dos sistemas educacionais e sociais, que muitas vezes perpetuam estigmas e preconceitos. O reconhecimento do aluno universitário com deficiência como um sujeito pleno, com suas particularidades e necessidades, é vital para a construção de um ambiente acadêmico verdadeiramente inclusivo.

Além disso, é imprescindível que haja um comprometimento coletivo para desafiar e mudar a percepção social sobre a deficiência. Isso inclui a sensibilização da comunidade universitária, a formação de professores, e a criação de políticas que favoreçam a diversidade e a inclusão. A abordagem deve ser holística, contemplando não apenas o acesso físico às instalações, mas também a adaptação de currículos, metodologias de ensino e o suporte emocional necessário para que esses alunos possam prosperar.

Por fim, a promoção da inclusão deve ser vista como um processo contínuo e dinâmico, que requer a escuta ativa das pessoas com deficiência e o respeito às suas vozes. Somente assim poderemos construir uma sociedade que não apenas aceita, mas celebra a diversidade, reconhecendo a riqueza que cada indivíduo traz para o todo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 11 de dezembro de 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva Brasília**. DF: MEC. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2025.

CASTANHO, D. M.; FREITAS, S. N. **Inclusão e prática docente no ensino superior**. *Revista Educação Especial*. Santa Maria, n.27, p. 85-92, 2007.

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 14 de janeiro de 2025.

CHAUÍ, M. **A universidade pública sob nova perspectiva**. *Revista Brasileira de Educação*, p. 5-15, 2008. Acesso em: 11 de janeiro de 2025.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4a. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LIPPO, H. Introdução. In: Lippo, H. (Org.). **Sociologia da acessibilidade e reconhecimento político das diferenças**. P. 11-14. Canoas: ULBRA. 2012.

MASSMANN, D. **Acessibilidade: sentidos em movimento**. In: Ferreira, E.L.; Orlandi, E.P. (Orgs.), *Discursos sobre a inclusão*. pp. 191-224. Niterói: Intertexto. 2014.

OLIVEIRA, J.F. **Acesso à educação superior no Brasil: entre o elitismo e as perspectivas de democratização**. In: Sousa, J.V. (Org.), *Educação superior: cenários, impasses e propostas*. 1a. ed., pp. 1-27. 2017. Campinas, SP: Autores Associados.

ROCHA, Telma Brito; MIRANDA, Theresinha Guimarães. **Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior**. *Revista Educação Especial* v. 22, n. 34, p. 197-212, maio/ago. 2009.